



**ATA 7º SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO  
PRESIDENTE: LIVINO CLEMENTINO PEREIRA**

Aos nove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, por volta das 09h e 27min estavam reunidos no Palácio Legislativo Antônio Pedro Clementino, Plenário Eduardo Callou, os senhores vereadores: Livino Clementino Pereira, Antônio Carlos dos Santos, Neilson Neres, Denivaldo Tavares Muniz filho, Carlos Wanderley de Sá Menezes filho, José Edivaldo David de Barros, Verônica Sampaio Callou e Welson Pires Bium Faltando o vereador Marcio Silvio Ribeiro de Carvalho devido está passando por problemas de saúde. Havendo número legal de presentes, o presidente declara aberta a sessão em seguida convoca a todos para assinarem a presença. Dando continuidade pediu para se inscreverem para uso do pequeno expediente e da Tribuna. Com os membros presentes inscritos, O presidente coloca ata da última Sessão Ordinária em votação que logo em seguida foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade convida a secretária Taysla, para fazer a leitura da ordem do dia: **I- PROJETO DE LEI N.º 15/2025.** De autoria do poder executivo. **Ementa:** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029 e dá outras providências. **II- PROJETO DE LEI N.º 16/2025.** De autoria do poder executivo. **Ementa:** Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Terra Nova para o Exercício Financeiro de 2026. **III- Parecer Prévio Tribunal de Contas Processo TCE-PE Nº 23100684-6.** CONTAS DE GOVERNO EXERCÍCIO 2022 ALINE CLEANNE FILGUEIRA FREIRE DE CARVALHO 42ª SESSÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL DA PRIMEIRA CÂMARA REALIZADA EM 10/12/2024 PROCESSO TCE-PE Nº 23100684-6 RELATOR: CONSELHEIRO EDUARDO LYRA PORTO MODALIDADE - TIPO: Prestação de Contas - Governo EXERCÍCIO: 2022 UNIDADES(S) JURISDICIONADAS(S): Prefeitura Municipal de Terra Nova INTERESSADOS: ALINE CLEANNE FILGUEIRA FREIRE DE CARVALHO FRANCISCO GUILHERME GONCALVES MENDES (OAB 22177-DPE) ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA PRESIDENTE DA SESSÃO: CONSELHEIRO RODRIGO NOVAES PARECER PRÉVIAS CONTAS DE GOVERNO. LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS. CUMPRIMENTO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. RGPS E RPPS. CONTRIBUIÇÕES NORMAIS. RECOLHIMENTO INTEGRAL. DUODÉCIMO. REPASSE A MAIOR. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. **IV- PARECER Nº 014/2025.** **Ementa:** Dispõe sobre a análise do parecer, do Tribunal de Contas de Pernambuco, acerca da prestação de contas do Poder Executivo, do exercício financeiro de 2022. Comissão: JUSTIÇA E REDAÇÃO. Presidente: Carlinhos Neto de Sebastião Amâncio (AVANTE), Relator: Neilson Neres (PSB), Membro: Marcinho Ribeiro (AVANTE). **V- PARECER Nº 009/2025.** **Ementa:** Dispõe sobre a análise do parecer, do Tribunal de Contas de Pernambuco, acerca da prestação de contas do Poder Executivo, do exercício financeiro de 2022. Comissão: FINANÇAS E ORÇAMENTO. Presidente: Denivaldo Tavares (PSB), Relator: Carlinhos Neto de Sebastião Amâncio (AVANTE), Membro: Bado David (UNIÃO BRASIL). **VI- PROJETO DE LEI N.º 10/2025.** **Ementa:** Dispõe sobre a Denominação de logradouro localizado no município de Terra Nova e da outras providências. De autoria do vereador Marcinho Ribeiro (AVANTE). **VII- PROJETO DE LEI N.º 11/2025.** **Ementa:** Dispõe sobre a Denominação de logradouro localizado no município de Terra Nova e da outras providências. De autoria do vereador Marcinho Ribeiro (AVANTE). **VIII- PROJETO**

**DE LEI N.º 12/2025. Ementa:** Dispõe sobre a Denominação de logradouro localizado no município de Terra Nova e da outras providências. De autoria do vereador Marcinho Ribeiro (AVANTE). **IX- PARECER N.º 015/2025. Ementa:** Dispõe sobre os Projetos de Lei n.º 12, 13 e 14, de 2025, de autoria do Poder Legislativo, denominando logradouros localizados neste Município e dá outras providências. Comissão: JUSTIÇA E REDAÇÃO. Presidente: Carlinhos Neto de Sebastião Amâncio (AVANTE), Relator: Neilson Neres (PSB), Membro: Marcinho Ribeiro (AVANTE). **X- PROJETO DE LEI N.º 13/2025. Ementa:** Dispõe sobre a Denominação de logradouro localizado no município de Terra Nova e da outras providências. De autoria do vereador Marcinho Ribeiro (AVANTE). **XI- PARECER N.º 015/2025. Ementa:** Dispõe sobre os Projetos de Lei n.º 12, 13 e 14, de 2025, de autoria do Poder Legislativo, denominando logradouros localizados neste Município e dá outras providências. Comissão: JUSTIÇA E REDAÇÃO. Presidente: Carlinhos Neto de Sebastião Amâncio (AVANTE) Relator: Neilson Neres (PSB) Membro: Marcinho Ribeiro (AVANTE) **XII- PROJETO DE LEI N.º 14/2025. Ementa:** Dispõe sobre a Denominação de logradouro localizado no município de Terra Nova e da outras providências. De autoria do vereador Marcinho Ribeiro (AVANTE). **XIII- PARECER N.º 015/2025. Ementa:** Dispõe sobre os Projetos de Lei n.º 12, 13 e 14, de 2025, de autoria do Poder Legislativo, denominando logradouros localizados neste Município e dá outras providências. Comissão: JUSTIÇA E REDAÇÃO. Presidente: Carlinhos Neto de Sebastião Amâncio (AVANTE), Relator: Neilson Neres (PSB), Membro: Marcinho Ribeiro (AVANTE). **XIV- INDICAÇÃO N.º 086/2025. Ementa:** dispõe sobre a possibilidade de firmar convênio com municípios vizinhos (Salgueiro, Parnamirim, Serrita), objetivando o uso compartilhado de máquina perfuratriz de poços artesianos, de forma a atender às comunidades rurais que sofrem com a escassez de água, neste município. De autoria dos vereadores: Denivaldo Tavares (PSB) Vereador, Livino Clementino (AVANTE) Presidente, Neilson Neres (PSB) 2º Secretário, Carlinhos Neto de Sebastião Amâncio (AVANTE) Vereador, Marcinho Ribeiro (AVANTE) Vereador, Antônio de Dôca (PSB) 1º Secretário. **XV- MOÇÃO DE APLAUSOS N.º 004/2025. MOÇÃO DE APLAUSOS** aos Membros da Comissão Organizadora da 32ª Missa do Vaqueiro. De autoria dos vereadores: Denivaldo Tavares (PSB) Vereador, Livino Clementino (AVANTE) Presidente, Neilson Neres (PSB) 2º Secretário, Carlinhos Neto de Sebastião Amâncio (AVANTE) Vereador, Antônio de Dôca (PSB) 1º Secretário, Marcinho Ribeiro (AVANTE) Vereador. **XVI- MOÇÃO DE APLAUSOS N.º 005/2025. MOÇÃO DE APLAUSOS** a toda a equipe organizadora da Festa de Setembro de 2025 em parceria com a Secretaria de Cultura, Esportes e Juventude. Denivaldo Tavares (PSB) Vereador, Livino Clementino (AVANTE) Presidente, Neilson Neres (PSB) 2º Secretário, Carlinhos Neto de Sebastião Amâncio (AVANTE) Vereador, Antônio de Dôca (PSB) 1º Secretário, Marcinho Ribeiro (AVANTE) Vereador. Terminado a leitura da ordem do dia o presidente abre o pequeno expediente e convida o líder da situação vereador **Denivaldo Tavares** para fazer seus esclarecimentos. O vereador Denivaldo Tavares iniciou sua fala no pequeno expediente cumprimentando o presidente da Casa, a vereadora, os demais vereadores, o público que acompanhava a sessão pelos meios de comunicação, as pessoas presentes no plenário, os funcionários da Câmara e o público da feira que ouvia a transmissão pela rádio. Estendeu a todos o seu bom dia, desejando que Deus abençoasse os trabalhos daquela sessão. O parlamentar comentou que a pauta do dia estava composta por diversos documentos, mas que

a sessão seria rápida, uma vez que muitas das matérias já haviam sido apresentadas anteriormente e, naquele momento, tratava-se apenas da votação. Citou como exemplo, as indicações do vereador Marcinho Ribeiro, ausente por motivo de saúde, a quem desejou pronta recuperação e rápido retorno às atividades legislativas. Em seguida, o vereador destacou uma indicação de autoria da bancada à qual pertence referente à possibilidade de firmar convênios com municípios vizinhos para a utilização de máquinas perfuratrizes. Denivaldo Tavares ressaltou que os municípios de Parnamirim e Serrita dispõem desse tipo de equipamento e que, diante da escassez de água enfrentada por Terra Nova, especialmente nas comunidades rurais, tal parceria seria de grande relevância. O vereador explicou que as máquinas do próprio município têm apresentado problemas recorrentes, o que tem dificultado a assistência aos moradores da zona rural, sobretudo no que diz respeito à perfuração de cacimbas para garantir água aos animais. Argumentou que, com o convênio, os custos seriam reduzidos e os resultados, mais eficazes, uma vez que o gasto seria menor em comparação à perfuração de poços que, muitas vezes, não apresentam vazão de água suficiente. Denivaldo Tavares afirmou ainda que a proposta é viável e vantajosa, por ser menos onerosa para o município e permitir um uso mais racional dos recursos públicos. Destacou a importância de o Legislativo unir forças e buscar, junto ao prefeito, a sensibilização dos gestores dos municípios vizinhos para concretizar o convênio. Concluiu enfatizando a relevância dessa indicação, sem desmerecer as demais matérias em pauta, e adiantou que, durante o uso da tribuna, abordaria outros temas pertinentes. Finalizou agradecendo pela atenção de todos.

Encerrado os esclarecimentos do líder da situação vereador Denivaldo Tavares a Presidência convida o próximo inscrito o vereador **Bado David**. O vereador Bado David iniciou sua fala no pequeno expediente cumprimentando o presidente, a vereadora Verônica, os demais vereadores, os servidores da Casa e o público presente no plenário, além daqueles que acompanham as sessões pelos meios de comunicação. O parlamentar destacou que, em nome de sua bancada, manifestava apoio à pauta em votação, incluindo os projetos apresentados, mesmo com a ausência do vereador Marcinho Ribeiro, ressaltando a importância de todos os temas submetidos à apreciação do plenário. Enfatizou, contudo, a necessidade de esclarecer alguns pontos para que as votações ocorram de forma consciente e transparente. Na sequência, o vereador solicitou ao servidor Eugênio que projetasse na plataforma alguns tópicos de um documento em PDF que havia trazido, tratando de uma pauta relevante ainda que não constasse na ordem do dia referente aos precatórios do FUNDEF. Segundo explicou, buscou informações com um assessor jurídico especializado nesse tipo de ação, o que lhe permitiu compreender melhor a situação atual dos recursos. Durante sua fala, Bado aproveitou para dirigir-se ao vereador Carlos Wanderley (Carlinhos), pedindo desculpas publicamente por declarações feitas na sessão anterior sobre a questão dos honorários advocatícios. Esclareceu que os advogados ainda não receberam os valores, mas que o processo de partilha já está em andamento. Informou, ainda, que o escritório responsável entre eles o do deputado federal Waldemar Oliveira, um dos proponentes interessados nesses recursos possui uma conta jurídica onde os valores já se encontram depositados. O parlamentar afirmou acreditar que, até o final do ano, todo o procedimento será devidamente homologado. O vereador reforçou que tem buscado informações precisas para evitar lacunas ou mal-entendidos e tranquilizou os professores e profissionais da educação, assegurando que todos os critérios e valores serão respeitados. Segundo ele, os recursos devem alcançar cerca



de dez milhões de reais, com o crédito da terceira e última parcela. Bado ressaltou que a Prefeitura Municipal enviou, no início de agosto, uma petição com alvará à Justiça Federal e que o processo aguarda deliberação. Garantiu que, até o momento, nenhuma conta vinculada à prefeitura recebeu valores, embora o montante já esteja depositado em uma conta jurídica. O parlamentar enfatizou que o município já pode iniciar a elaboração do projeto de lei e do plano de ação a serem encaminhados à Câmara, lembrando que os valores deverão ser depositados em uma conta específica da Secretaria de Educação, uma vez que os recursos pertencem ao setor educacional. Encerrando seu pronunciamento, o vereador destacou o compromisso de continuar exercendo seu papel de fiscalização com responsabilidade e transparência, reconhecendo eventuais equívocos e reafirmando sua disposição em sempre prestar os devidos esclarecimentos à população. Agradeceu a atenção de todos e concluiu: "Muito obrigado." Terminado os esclarecimentos do líder da oposição. O vereador **Carlinhos Neto de Sebastião** solicitou ao presidente da Casa uma questão de ordem, com o objetivo de utilizar a palavra, já que havia sido citado pelo vereador Bado e desejava esclarecer alguns pontos. O presidente concedeu-lhe a palavra, afirmando: "Fique à vontade." Ao ser autorizado, o vereador Carlinhos Neto cumprimentou a todos os presentes, dirigindo um bom dia aos colegas vereadores, vereadora, servidores da Câmara, público presente e aos terranovenses que acompanhavam a sessão pelos meios de comunicação. Iniciando sua fala, o parlamentar dirigiu-se ao vereador Bado e esclareceu que, na sessão anterior, Vossa Excelência afirmou que o município já teria recebido duas parcelas dos precatórios do FUNDEF e que os honorários advocatícios já haviam sido pagos. O vereador Carlinhos explicou que, após ouvir essa informação, entrou em contato com o advogado responsável pelos autos, o qual lhe informou que o sistema do Tribunal de Contas estava passando por um processo de migração para o PJE (Processo Judicial Eletrônico), o que tornaria todos os trâmites digitais e exigiria um prazo mínimo de 15 dias úteis. Por essa razão, o alvará ainda não havia sido assinado. Quanto à conta específica mencionada pelo vereador Bado destinado aos recursos da educação, Carlinhos Neto de Sebastião afirmou que essa conta já havia sido aberta há bastante tempo, conforme registrado em sessões anteriores. Contudo, nenhum valor havia sido creditado até aquele momento. Esclareceu que as parcelas realmente foram depositadas, mas na conta judicial, e que a transferência dos valores para a conta da prefeitura destinada exclusivamente aos precatórios do FUNDEF só poderia ocorrer após a assinatura do alvará pelo juiz responsável pelo processo. O vereador declarou estar de acordo com o colega Bado quanto à necessidade de dar andamento aos procedimentos para identificar os profissionais com direito aos valores, destacando que o setor jurídico da prefeitura já está trabalhando nesse levantamento. Reforçou, contudo, que sua preocupação sempre foi deixar claro que os recursos ainda não haviam sido disponibilizados na conta municipal. Carlinhos Neto de Sebastião também mencionou um diálogo anterior com a vereadora Verônica, destacando que ela havia reconhecido o esclarecimento posteriormente, ao se inteirar melhor sobre a situação. Em seguida, o vereador apresentou um extrato bancário da conta específica dos precatórios do FUNDEF, mantida no Banco do Brasil, agência 0870-2, conta corrente nº 51840, do município de Salgueiro, mostrando que, até o dia 09 de outubro de 2025, às 9h13, o saldo permanecia zerado. Encerrando sua fala, o vereador reafirmou que, assim que os valores dos precatórios do FUNDEF forem liberados para a conta da prefeitura, os professores receberão seus direitos, pois esse é um compromisso assumido desde a gestão da



ex-prefeita Aline Cleanne e mantido pelo atual prefeito Dinha Mororó. Finalizou agradecendo a atenção de todos. Encerradas as explicações dos líderes, o presidente **Livino Clementino** anunciou o retorno à apreciação das matérias da pauta. Em seguida, informou que colocaria em tramitação o **Projeto de Lei nº 15/2025**, de autoria do Poder Executivo, esclarecendo que a proposição seria encaminhada às comissões competentes. Da mesma forma, comunicou que o **Projeto de Lei nº 16/2025**, também de autoria do Poder Executivo, seguiria o mesmo trâmite. O presidente mencionou ainda o parecer prévio do Tribunal de Contas relativo às contas da prefeita Aline Cleanne Filgueira Freire de Carvalho, referente ao exercício de 2022. Recordou que o parecer havia sido apresentado na sessão anterior e que todos os vereadores já tinham conhecimento de seu teor. Destacou que, diante da inexistência de dúvidas e considerando que a oposição também havia se manifestado de forma favorável, poderia submeter o parecer à votação em primeiro e segundo turno, de forma conjunta. Dessa forma, o presidente colocou em votação o **I-Parecer Nº 23.684-6/2022**, referente às contas da prefeita, Aline Cleanne Filgueira Freire de Carvalho sendo o mesmo aprovado por unanimidade, em primeiro e segundo turno. Na sequência, o vereador **Carlinhos Neto de Sebastião** solicitou questão de ordem, observando que o presidente havia mencionado o número do processo e o parecer, mas sem especificar de qual parecer se tratava. Explicou que o processo continha dois pareceres distintos: um da Comissão de Justiça e Redação, outro da Comissão de Finanças e Orçamento, sendo este último publicado na AMUPE e anexado aos autos do Tribunal de Contas. Diante disso, solicitou que também fosse colocado em votação o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento. O presidente **Livino Clementino** respondeu afirmando que havia compreendido a observação do vereador e esclareceu que, quando se referiu aos pareceres, estava subentendido que a votação englobava tanto o parecer do Tribunal de Contas quanto os pareceres das comissões, em primeiro e segundo turno. Ainda assim, acatou a solicitação de Carlinhos Neto Sebastião e registrou expressamente que estavam sendo votado o parecer do Tribunal de Contas e os pareceres das comissões, em ambos os turnos. O vereador agradeceu o esclarecimento. Na sequência, o vereador Antônio de Dôca também pediu questão de ordem, ressaltando que o parecer do Tribunal de Contas recomendava aprovação com ressalva, enquanto o parecer das comissões opinava pela aprovação sem ressalvas. Explicou que o Tribunal de Contas sugeria a manutenção da ressalva, mas as comissões, por unanimidade, decidiram aprovar as contas sem ela, cabendo ao presidente conduzir a votação conforme o entendimento da Casa. O presidente Livino reforçou que, da forma como a votação foi conduzida, estava implícito que o parecer do Tribunal de Contas, que recomendava aprovação com ressalva, havia sido derrubado, prevalecendo à decisão das comissões pela aprovação sem ressalvas. Acrescentou que a ressalva mencionada pelo Tribunal não possuía maior relevância e elogiou o bom senso das comissões em decidir pela sua exclusão. Encerrado o tema, o presidente deu prosseguimento à pauta, colocando em votação o **II- Projeto de Lei nº 10/2025**, de autoria do vereador Marcinho Ribeiro. Informou que o autor não pôde comparecer à sessão por motivos de saúde, mas, mesmo assim, o projeto foi submetido à votação em segundo turno e aprovado por unanimidade. **III- PROJETO DE LEI N.º 11/2025** de autoria do vereador Marcinho Ribeiro. Aprovado por unanimidade em segundo turno. **IV- PROJETO DE LEI N.º 12/2025** de autoria do vereador Marcinho Ribeiro. Aprovado por unanimidade em primeiro e segundo turno. **V- Projeto de Lei Nº13/2025** de autoria do vereador Marcinho Ribeiro.



Aprovado por unanimidade em primeiro e segundo turno. **VI- PROJETO DE LEI N.º 14/2025** de autoria do vereador Marcinho Ribeiro. Aprovado por unanimidade em primeiro e segundo turno. **VII- INDICAÇÃO N.º 086/2025**. De autoria dos vereadores: Denivaldo Tavares (PSB) Vereador, Livino Clementino (AVANTE) Presidente, Neilson Neres (PSB) 2º Secretário, Carlinhos Neto de Sebastião Amâncio (AVANTE) Vereador, Marcinho Ribeiro (AVANTE) Vereador, Antônio de Dôca (PSB) 1º Secretário. Aprovado por unanimidade. **VIII- MOÇÃO DE APLAUSOS N.º 004/2025**. De autoria dos vereadores: Denivaldo Tavares (PSB) Vereador, Livino Clementino (AVANTE) Presidente, Neilson Neres (PSB) 2º Secretário, Carlinhos Neto de Sebastião Amâncio (AVANTE) Vereador, Marcinho Ribeiro (AVANTE) Vereador, Antônio de Dôca (PSB) 1º Secretário. Aprovado por unanimidade. **IX- MOÇÃO DE APLAUSOS N.º 005/2025**. De autoria dos vereadores: Denivaldo Tavares (PSB) Vereador, Livino Clementino (AVANTE) Presidente, Neilson Neres (PSB) 2º Secretário, Carlinhos Neto de Sebastião Amâncio (AVANTE) Vereador, Marcinho Ribeiro (AVANTE) Vereador, Antônio de Dôca (PSB) 1º Secretário. Aprovado por unanimidade. Encerrada a votação das matérias o presidente passa para os pronunciamentos na tribuna e convidou o primeiro inscrito o vereador **Neilson Neres**. O vereador Neilson Neres iniciou sua fala cumprimentando a todos com um bom dia, dirigindo-se aos amigos e amigas terranovenses. Em nome do presidente, saudou os demais vereadores e os funcionários da Câmara. Em nome dos agricultores, cumprimentou o amigo Mazinho, presente à sessão, e estendeu suas saudações a todos os professores, profissionais de saúde e demais classes trabalhistas. Cumprimentou ainda todos que acompanhavam a reunião pelos meios de comunicação, enviando-lhes um forte abraço. Em seguida, o parlamentar abordou a Indicação nº 086/2025, de autoria da bancada da qual faz parte, que trata da possibilidade de firmar convênios com os municípios vizinhos Salgueiro, Parnamirim e Serrita visando ao uso compartilhado de máquinas perfuratrizes de poços artesianos, com o objetivo de atender as comunidades rurais que sofrem com a escassez de água em Terra Nova. O vereador fez um apelo à Compesa, solicitando que sejam resolvidas as pendências existentes com a população, ressaltando que “quem tem sede não espera” e destacando a importância de garantir o abastecimento de água tanto para a zona rural quanto para a zona urbana do município. Neilson Neres também parabenizou toda a comissão organizadora da Missa do Vaqueiro, da qual faz parte, em referência à Moção de Aplausos nº 004/2025, e os organizadores da Festa de Setembro, igualmente mencionados na Moção de Aplausos nº 005/2025. Por fim, o vereador desejou que as festividades que ocorrerão no povoado do Guarani, no final de semana, transcorram com paz e tranquilidade, encerrando sua fala com um forte abraço a todos e expressando seus agradecimentos. Terminado o pronunciamento do vereador Neilson Neres o presente passa a ouvir o próximo inscrito o vereador **Antônio de Dôca**. O vereador Antônio de Dôca iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos os presentes com um bom dia. Saudou os colegas vereadores em nome do presidente Livino Clementino, os servidores da Casa Legislativa, o comunicador Silva Lima, o portal Eventos WE pelas transmissões das sessões, e a Rádio Beto Som FM, que leva a todo o município e às localidades vizinhas as transmissões das reuniões, mantendo a população informada sobre o trabalho do Legislativo. Cumprimentou ainda o ex-vereador Cói de Inácio, em nome de quem estendeu os cumprimentos a todos os presentes no plenário. O parlamentar destacou que a sessão era robusta, com diversos documentos em tramitação e vários projetos em pauta,



inclusive os de autoria do vereador Marcinho, que não pôde comparecer, mas cujas proposições foram aprovadas por já estarem devidamente apresentadas e acompanhadas dos pareceres das comissões. Ressaltou que os projetos do colega homenageiam e valoriza cidadãos do município que merecem respeito e reconhecimento, motivo pelo qual a Casa Legislativa, com bom entendimento, aprovou as matérias em primeiro e segundo turno. Em seguida, o vereador fez referência à proposta apresentada pelo vereador Denivaldo, que sugeriu a celebração de um convênio entre os municípios circunvizinhos para aquisição de uma máquina perfuratriz. Antônio de Dôca afirmou tratar-se de uma necessidade urgente para o sertão, onde o serviço de perfuração de poços é essencial. Defendeu, inclusive, que as perfurações sejam mais profundas, ultrapassando os 100 metros, pois, em muitas regiões, poços de 60 ou 80 metros não são suficientes para encontrar água. O parlamentar salientou a importância de os municípios do sertão se unir para garantir uma máquina que permita atender um número maior de famílias, levando alívio àqueles que sofrem com a seca e que, muitas vezes, veem seus animais morrerem de sede. Relatou que há pessoas que não têm sequer água para regar uma planta e que, em períodos de estiagem, precisam escolher entre molhar uma árvore frutífera ou reservar a água para o consumo humano. Ao tratar da escassez hídrica, o vereador fez um apelo à Compesa, enfatizando que a população clama por uma ação emergencial. Afirmou que não se trata de planejar obras para execução em longo prazo, mas de adotar medidas imediatas, pois quem sofre com a falta d'água não pode esperar 30, 60 ou 90 dias. Ressaltou que o problema é antigo e vem sendo debatido há muito tempo por prefeitos e vereadores, sem solução efetiva. Segundo ele, a dificuldade não é resultado apenas da atual gestão estadual, mas de uma falta de compromisso que se arrasta há anos. Acrescentou que, como morador da zona rural, sente na pele o sofrimento da população, relatando ter passado recentemente mais de cinco dias sem água em sua cisterna, precisando recorrer à ajuda de vizinhos. Destacou que, embora a população cobre dos vereadores e do prefeito, a responsabilidade direta é da Compesa, que é vinculada ao Estado e não ao município. O vereador manifestou indignação com a falta de compromisso da companhia e do Estado, observando que é inadmissível que a população pague por um serviço e não receba o produto. Declarou que, apesar dessa realidade persistir a décadas, continuará cobrando soluções e defendendo os direitos dos cidadãos. Em outro momento, agradeceu ao vereador Denivaldo pela iniciativa de apresentar Moção de Aplauso à comissão organizadora da Missa do Vaqueiro, reconhecendo o esforço e a dedicação necessários para a realização de um evento de tamanha proporção. Também parabenizou os organizadores da Festa de Setembro, destacando a grandiosidade do evento e o empenho coletivo para garantir seu sucesso. Aproveitou a ocasião para convidar toda a população de Terra Nova e dos municípios vizinhos a prestigiar as comemorações do padroeiro do distrito do Guarani, que se encontrava em festa. O vereador ainda agradeceu aos colegas pela aprovação da prestação de contas da ex-prefeita Aline Cleanne, ressaltando que as comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento emitiram parecer favorável, acompanhando a recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que aprovou as contas com ressalvas. Explicou que as ressalvas apresentadas pelo TCE se referiam apenas a questões administrativas, sem prejuízo ao erário público. Com base nesse entendimento, a Câmara Municipal aprovou as contas, reconhecendo o trabalho da ex-gestora, a quem o vereador atribuiu o título de grande administradora, comprometida com o patrimônio público e com o bem-estar do povo de Terra



Nova. Encerrou sua fala parabenizando Aline Cleanne pelo zelo e pela responsabilidade com os recursos públicos, destacando que sua postura serve de exemplo e reforça a importância de gestores comprometidos com o município e com o serviço público. Por fim, o vereador Antônio de Dôca concluiu seu pronunciamento agradecendo a atenção de todos e desejando as bênçãos de Deus à população. Terminado o pronunciamento do vereador Antônio de Dôca o presidente prosseguiu convidando o vereador **Denivaldo Tavares** para fazer seu pronunciamento na tribuna. O vereador Denivaldo Tavares iniciou seu pronunciamento cumprimentando o presidente da Casa, os demais vereadores e vereadora, os funcionários da Câmara, o público presente, bem como aqueles que acompanhavam a sessão pelos meios de comunicação, citando inclusive os amigos Mazinho, Branco, Roberto e o pessoal da mídia, que transmite as reuniões em tempo real para todas as comunidades, o distrito do Guarani e o povo da feira, que acompanha pela rádio. O parlamentar afirmou que havia prometido a si mesmo não mais entrar em debates sobre o tema dos precatórios, pois, em seu entendimento, a questão já estava suficientemente esclarecida. Segundo ele, todos os interessados, especialmente os professores, estão sendo devidamente informados por meio do sindicato da categoria, que acompanha de perto o processo. Ressaltou que, embora os vereadores também possam repassar informações, procurava evitar o tema por considerá-lo complexo, sujeito a interpretações diferentes e muitas vezes, mal-entendidas. No entanto, Denivaldo explicou que, na sessão anterior, foi solicitado pela oposição a intermediar junto ao prefeito algumas demandas e mensagens, uma vez que, conforme mencionado pelo líder oposicionista, documentos eram enviados ao Executivo sem retorno. O vereador destacou que considera louvável que a gestão municipal preste esclarecimentos à Câmara e à população, e defendeu que a comunicação entre os poderes deve ser constante. Ainda sobre os precatórios, o parlamentar lembrou que o tema já havia sido debatido em sessão anterior, com a presença do Dr. Guilherme, que utilizou a tribuna para esclarecer dúvidas e se colocou à disposição de todos. Segundo ele, o município já havia dado resposta ao que fora solicitado, mesmo que não por meio de ofício formal, mas por presença e diálogo direto. Ao abordar a fala do vereador Bado, Denivaldo declarou ter ficado satisfeito ao vê-lo reconhecer publicamente um equívoco anterior quanto à existência de recursos depositados na conta dos precatórios. Solicitou ao servidor Eugênio que exibisse novamente a imagem do extrato bancário, reforçando que o documento mostrava que não havia valores creditados. O vereador alertou sobre a responsabilidade das falas proferidas na tribuna, pois o que é dito na Câmara muitas vezes é tomado como verdade pela população. Denivaldo explicou que a data de 13 de agosto mencionada no extrato correspondia apenas a um lançamento de R\$ 0,01, feito pelo gerente da conta para evitar o encerramento por inatividade. Esclareceu ainda que a conta fosse criada especificamente para o recebimento dos valores do FUNDEF, estando devidamente identificada como "Precatório do FUNDEF". Reafirmou que o extrato era oficial, atualizado, datado do dia nove e demonstrava a ausência total de recursos. O parlamentar acrescentou novas informações obtidas junto à Justiça Federal e à advogada Dra. Myrelle, residente em Salgueiro e conterrânea dos terranovenses, a quem procurou para obter esclarecimentos técnicos sobre o processo. A advogada, segundo ele, confirmou que os advogados ainda não haviam recebido e que o dinheiro permanecia na conta judicial, sendo que o processo havia sido devolvido à Contadoria, o que poderia indicar uma possível liberação futura. Denivaldo informou ainda que o sindicato dos professores, em conjunto com o prefeito e a assessoria



jurídica, estava se mobilizando para visitar a Justiça Federal e solicitar a liberação das duas primeiras parcelas, o que permitiria iniciar a divisão dos valores. Em aparte, o vereador Bado parabenizou Denivaldo e afirmou que é homem suficiente para reconhecer quando erra, explicando que o equívoco cometido ocorreu pela falta de assessoria técnica e pela complexidade da matéria. Bado tranquilizou os professores, dizendo acreditar que os recursos serão creditados ainda neste ano de 2025, e agradeceu a compreensão do colega. Retomando sua fala, Denivaldo agradeceu ao vereador Bado e destacou a importância de reconhecer erros publicamente, pois isso evita que a população seja mal informada e alimenta a confiança no Legislativo. Disse que é preciso cautela para não criar falsas expectativas, lembrando que o processo continua em andamento e que tanto o município quanto os professores aguardam a liberação judicial dos recursos. O vereador observou que o município também é beneficiário, detendo 40% do montante, enquanto os outros 60% serão destinados aos profissionais da educação. Reconheceu a complexidade do tema e enfatizou que a prioridade é garantir que apenas os verdadeiros beneficiários recebam os valores, evitando injustiças. Na sequência, Denivaldo comentou os projetos do vereador Marcinho, classificando-os como justos e merecidos, e destacou a importância das moções de aplauso apresentadas por sua autoria, que homenageiam as comissões organizadoras da festa da Co padroeira e da festa do vaqueiro. Segundo ele, trata-se de um reconhecimento a pessoas que se dedicam voluntariamente para o sucesso dos eventos religiosos e culturais do município. Por fim, o vereador abordou novamente a situação da Compesa, lamentando as dificuldades enfrentadas pela população em relação ao abastecimento de água. Citou o caso da Avenida Aluízio Nepomuceno, via de entrada da cidade, que ainda não possui rede de água, apesar de já haver casas construídas e habitadas. Disse ter enviado ofício à Compesa e também à Secretaria de Infraestrutura, solicitando a extensão da rede, mas até o momento não obteve retorno. Comparou a agilidade da Celpe, que realiza novas ligações de energia em poucos dias, com a ineficiência da Compesa, que, em suas palavras, “precisa melhorar muito e melhorar muito para ficar ruim, porque está muito, péssima”. Encerrando seu pronunciamento, Denivaldo Tavares agradeceu a atenção de todos e desejou que Deus abençoasse a todos os presentes. Terminado o pronunciamento do vereador Denivaldo o presidente convocou o vereador **Welson de Jaime**. Que logo em seguida dispensou e pediu a permissão para se retirar da sessão devido um fato acontecido. O presidente dispensou e pediu que fosse com Deus. Prosseguindo o presidente **Livino Clementino** fez uso da palavra para prestar esclarecimentos e destacou a grave situação envolvendo a Compesa. Dirigindo-se ao vereador Denivaldo Tavares e aos demais presentes, afirmou: “Veja bem o descaso que existe por parte da Compesa. No dia 2 de setembro, tivemos uma reunião com o presidente da Companhia e com o diretor do Sertão, o Dr. Guilherme, que, naquela ocasião, fez uma defesa praticamente ferrenha em favor da nossa situação em Guarani e Umãs. O diretor solicitou ao presidente que dispensasse o processo licitatório, uma vez que a Compesa possui tubulações sobrando. A adutora de Cabrobó a Umãs é de 700 mm, portanto, não há necessidade de se instalar novas tubulações de 300, 250 ou 400 mm, pois já há canos disponíveis.” O presidente continuou relatando que, ainda naquela reunião, foi autorizada a transferência de mil metros de canos de Garanhuns para Salgueiro, mas, até o momento, o material não havia chegado. “Eu pergunto: de quem é o descaso? É do diretor do Sertão? É do presidente da Compesa? Ou de quem dá as autorizações? Sabemos perfeitamente que secretários e diretores apenas cumprem ordens do



gestor. O que não existe é sensibilidade por parte dessa gestão não apenas com Guarani e Umãs, mas com todo o Estado, que sofre com a falta d'água." O presidente enfatizou que a situação em Guarani é absurda, com a população em desespero, especialmente em período festivo, sem abastecimento de água. Concluindo sua fala, afirmou: "É um descaso total. Mas vou passar a palavra para a autoridade máxima que está me olhando com os olhos meio arregalados: o vereador **Carlinhos Neto de Sebastião Amâncio**." O vereador Carlinhos Neto de Sebastião iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos com um bom dia e expressando gratidão a Deus pela oportunidade de estar novamente presente na sessão. Dirigiu saudações aos colegas vereadores, por meio da Mesa Diretora, e estendeu seu abraço a todos os municípios da sede, da zona rural e do distrito do Guarani, que acompanhavam os trabalhos da Câmara por meio do Sistema Beto Som e do WE Eventos. Cumprimentou, ainda, seu irmão Cói, presente na Casa, bem como os amigos Mazinho e Branco, além dos representantes da imprensa, Silva Lima e Maurício Ribeiro, desejando-lhes boas-vindas. Ao tratar sobre a Compesa, o parlamentar comentou que o presidente da Casa havia afirmado que o problema da empresa é algo relacionado a esta gestão, mas concordou com a fala anterior do vereador Antônio de Dôca, de que a situação não é exclusiva da atual administração. Segundo ele, essa deficiência vem se arrastando ao longo de gestões passadas e de diversos governos. Para Carlinhos, a Compesa nunca demonstrou verdadeiro compromisso ou sensibilidade com os consumidores que pagam suas contas. Em seguida, o presidente Livino Clementino pediu um aparte e afirmou que o vereador Carlinhos estava correto em suas observações. Destacou que a Compesa, em nível de direção geral e não regional, tem demonstrado irresponsabilidade há pelo menos 15 ou 20 anos. Citou como exemplo a adutora que havia levado da localidade de Trincheira até sua propriedade, observando que, se houvesse uma caixa d'água com cem metros de capacidade, a água chegaria, o que não ocorre atualmente. Defendeu, ainda, que a empresa precisa ser privatizada, de modo a garantir uma gestão comprometida com a população. Ao retomar sua fala, o vereador Carlinhos Neto agradeceu o aparte e concordou plenamente com as palavras do presidente, enfatizando que o problema da Compesa é resultado da falta de gestão, de compromisso e, sobretudo, de amor ao próximo. Ressaltou que sem água a população fica impossibilitada de realizar atividades básicas, como plantar, cozinhar se banhar ou construir. Considerou a situação um descaso total da empresa com seus clientes e usuários. Na sequência, o vereador comentou o posicionamento do colega Denivaldo Tavares, que havia declarado ter decidido não mais tratar do tema dos precatórios, lembrando também que o vereador Bado David havia feito a mesma afirmação em legislatura anterior. Carlinhos observou, no entanto, que o assunto é inevitável, uma vez que os parlamentares são constantemente cobrados pela população. Reconheceu o gesto de Denivaldo ao admitir um equívoco em suas informações e se retratar publicamente, considerando isso uma demonstração de senso de justiça. O vereador explicou que, conforme informações obtidas em conversa com o advogado responsável pelo processo, o impasse atual decorre da migração dos autos para o sistema eletrônico (PJE) do TRF5. Explicou que o envio do processo ao setor de contabilidade da Justiça Federal se deve à necessidade de atualização dos valores, abrangendo não apenas as parcelas já depositadas, mas também a terceira parcela, ainda pendente. Somente após essa atualização é que o juízo emitirá o despacho e assinará o alvará de liberação dos valores. Em seguida, o vereador **Antônio de Dôca** pediu um aparte, destacando a importância do debate sobre os precatórios



do FUNDEB. Segundo ele, é essencial que o povo provoque os representantes para que busquem informações precisas e as transmitam com clareza. Ressaltou que, embora o vereador Bado tenha se equivocado inicialmente, sua fala motivou a busca por informações corretas, resultando em um esclarecimento definitivo sobre a situação. Enfatizou que o papel do vereador é justamente informar com transparência, evitando distorções. Agradeceu ao vereador Carlinhos pela concessão do aparte. Retomando a palavra, Carlinhos Neto de Sebastião agradeceu a contribuição de Antônio Dôca e passou a abordar as festividades municipais, reafirmando os agradecimentos já feitos em sessões anteriores a todos os envolvidos na organização. Destacou especialmente o empenho do prefeito Mororó e do secretário de Cultura Raul Galindo na preparação da festa do distrito do Guarani, mencionando de forma bem-humorada a expectativa de que o presidente participasse ativamente do forró. Por fim, o vereador destacou a atuação das comissões da Câmara no entendimento acerca da prestação de contas da ex-prefeita Aline Cleanne Freire, referente ao exercício de 2022, que foi aprovada sem ressalvas. Lembrou que o parecer do Tribunal de Contas tem caráter opinativo e que a única ressalva apresentada se referia ao repasse a maior do duodécimo durante a presidência de Antônio Dôca naquele ano. Esclareceu, contudo, que o fato não configurou ato doloso nem má-fé, uma vez que o valor foi devolvido ao final do exercício, inclusive com quantia superior. Dessa forma, elogiou a postura das comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento, que, atendendo às orientações do Tribunal de Contas, optaram por aprovar integralmente as contas. Encerrou o pronunciamento parabenizando a ex-prefeita Aline Cleanne Freire pela boa gestão, desejando-lhe bênçãos e sucesso. Finalizou agradecendo a atenção de todos, desejando um bom dia e que Deus abençoasse a todos os presentes. Terminado o pronunciamento do vereador Carlinhos o presidente passa a ouvir o líder da oposição **Bado David**. O vereador Bado iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos os presentes e dirigindo um bom dia a todas e a todos. Saudou os colegas vereadores e a vereadora Verônica, enviando um abraço especial ao vereador Marcinho Ribeiro, expressando votos de restabelecimento de sua saúde e desejando que ele possa em breve retornar às atividades legislativas. Cumprimentou o público presente, bem como os cidadãos que acompanhavam a sessão por meio do blog Silva Lima, da Rádio Terra Nova FM e do Evento WE, estendendo suas saudações ao povo do distrito do Guarani, da área rural e da zona urbana do município. O parlamentar destacou a relevância da pauta do dia, considerada extensa e composta por diversos projetos e indicações de grande importância para o município. Ressaltou que o papel do Legislativo é justamente trazer para a Casa as demandas e reivindicações da população, transformando-as em ações concretas e positivas. Entre os temas abordados, o vereador mencionou a indicação relativa ao convênio para a aquisição de uma máquina perfuratriz, classificando-a como uma iniciativa de grande importância e interesse para o município. Entretanto, ponderou que o convênio traria despesas para os cofres públicos, exigindo remanejamento de recursos entre secretarias, o que poderia gerar impactos orçamentários. Bado defendeu que, diante da expressiva votação que o grupo político do deputado Valdemar Oliveira obteve em Terra Nova, o parlamentar deveria viabilizar a doação direta de uma máquina perfuratriz ao município, em vez de firmar convênios onerosos. Citou exemplos de municípios vizinhos Cedro, Serrita e Belém de São Francisco que receberam máquinas perfuratrizes por meio de emendas parlamentares do deputado Fernando Filho, o que permitiu avanços significativos na perfuração de poços



artesianos, sobretudo em regiões de seca. O vereador reiterou seu apoio irrestrito às ações voltadas à perfuração de poços, reconhecendo a importância desse tipo de investimento para o semiárido e para o abastecimento das comunidades rurais. Apesar das preocupações com o impacto financeiro do convênio, declarou ter votado a favor da indicação e afirmou que continuará apoiando iniciativas que tragam benefícios diretos à população. Na sequência, Bado abordou o tema dos precatórios do FUNDEF, recordando que, desde 2017, tem acompanhado o processo e alertado sobre irregularidades. Destacou que, à época, o assunto tramitava de forma pouco transparente, e que foi um dos primeiros vereadores a trazer o tema à discussão pública. Relembrou as divergências de interpretações sobre o percentual devido aos professores, afirmando que sempre defendeu que 60% dos valores pertencem aos educadores, por se tratar de recursos retirados originalmente de seus salários. Durante o pronunciamento, o vereador Carlinhos Neto pediu um aparte para esclarecer que o percentual de 60% para os professores e 40% para o município foi fixado pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021, aprovada no Congresso Nacional, e não se tratava de decisão municipal. Em resposta, Bado reconheceu a explicação, mas lembrou que, mesmo antes da emenda, diversos prefeitos da região, com coragem e sensibilidade, haviam realizado o pagamento de 60% aos professores, sem sofrerem sanções judiciais, citando exemplos de Moreilândia e Parnamirim. O parlamentar também esclareceu dúvidas quanto à inclusão de determinados profissionais no rateio, informando que, segundo entendimento jurídico, os educadores que, embora não estivessem em sala de aula, recebiam remuneração pelo FUNDEF como coordenadores e supervisores pedagógicos também têm direito à participação no rateio. Em outro ponto, relatou que o município e o escritório jurídico responsável ingressaram com petição junto à Justiça, no dia 05 de agosto, solicitando a expedição do alvará para liberação dos recursos. Bado David reconheceu que, em pronunciamentos anteriores, havia se equivocado ao afirmar que o dinheiro já estava creditado na conta da Prefeitura e que os honorários advocatícios haviam sido pagos. Corrigindo a informação, esclareceu que os valores ainda se encontram na conta jurídica vinculada ao processo, sendo as duas primeiras parcelas sujeitas à atualização por meio de contador judicial, e a terceira parcela, maior, corrigida pela taxa Selic. O vereador salientou que continuará atento e atuante na fiscalização dos recursos, reforçando que essa é uma das principais atribuições do Poder Legislativo. Comentou que, frequentemente, é cobrado por cidadãos nas ruas, e que busca sempre oferecer informações claras e precisas à população sobre o andamento dos processos municipais. Bado também elogiou a postura do prefeito Fabinho, que recentemente recebeu vereadores da oposição em seu gabinete para discutir pautas de interesse municipal, classificando a atitude como positiva e madura do ponto de vista institucional. Defendeu que a comissão responsável pela análise do processo dos precatórios deveria incluir representantes da oposição, garantindo maior transparência e pluralidade. Encerrando seu pronunciamento, o vereador reafirmou seu compromisso com a verdade, a responsabilidade e o exercício da função fiscalizadora. Disse manter-se firme e de cabeça erguida no cumprimento do dever, reconhecendo seus equívocos quando necessário e mantendo sua atuação em defesa do interesse público e dos professores, que, segundo ele, ainda sofrem as consequências das falhas ocorridas ao longo de todo o processo. Finalizou agradecendo a atenção de todos e reiterando seu compromisso com a transparência e o desenvolvimento do município de Terra Nova. Encerrado o pronunciamento do vereador Bado David o líder da situação **Denivaldo Tavares** pediu uma questão de ordem



e iniciou sua fala afirmando que seria breve. Em seguida, mencionou que, quando o vereador citou em tribuna a resposta anteriormente dada por ele, considerou que a situação já havia ficado devidamente esclarecida, uma vez que, na ocasião, o advogado esteve presente na Casa e se colocou à disposição para tratar de qualquer assunto relacionado à questão levantada. Ressaltou, inclusive, que o profissional se mostrou aberto a responder aos questionamentos feitos, e que o vereador, à época, demonstrou estar satisfeito com as explicações. Prosseguindo, destacou concordar com o líder da oposição quanto à necessidade de solicitar apoio a Waldemar e a Fernandinho, enfatizando que a maioria apoia Waldemar, reconhecido como majoritário, e que várias máquinas atualmente em operação no município são indicações dele. Citou como exemplo, duas retro escavadeiras que estão realizando a abertura de cacimbas, também por indicação de Waldemar. O líder do governo acrescentou que já havia solicitado ao presidente o apoio para interceder junto a Fernandinho, considerando sua influência política, com o intuito de conseguir recursos ou uma emenda parlamentar para o município sugerindo, inclusive, a possibilidade de destinar uma emenda para a aquisição de uma perfuratriz. Enfatizou que suas solicitações não se baseiam em lado político, mas no interesse coletivo, afirmando que “se alguém quiser ajudar, a gente pede”. Concluindo, o parlamentar abordou a questão dos precatórios, esclarecendo ao vereador Bado que não existe nenhuma comissão específica formada para tratar do assunto, como poderia ter parecido em suas falas. Segundo ele, o tema está sendo conduzido diretamente entre o prefeito e o sindicato, sem qualquer interferência política. Destacou que o sindicato, por sua própria composição, reúne representantes de diferentes posicionamentos políticos e que, portanto, atua de forma independente, representando os professores e seus interesses legítimos. Encerrado o esclarecimento do líder do governo, o presidente anunciou a fala da vereadora **Verônica Callou**. A vereadora Verônica Callou iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos e expressando gratidão a Deus, aos familiares e amigos pela oportunidade de estar presente em mais uma sessão. Saudou os colegas vereadores, os presentes no plenário e os profissionais da comunicação representados por Roberto, Maurício, Regina e demais colaboradores, estendendo ainda seus cumprimentos aos moradores de Guarani, de Terra Nova, da zona rural e aos feirantes que, com esforço diário, contribuem para o desenvolvimento do município. A parlamentar iniciou suas considerações agradecendo pela realização pacífica do novenário de São Francisco de Assis, ocorrido no distrito de Guarani, destacando a presença do bispo Dom José Vicente e de outros celebrantes. Agradeceu também à Prefeitura, pelo apoio prestado com o envio de um sistema de som, e à Banda Filarmônica Moacir Callou, que abrilhantou duas noites de celebrações. Registrou, ainda, seu abraço ao jovem João Victor, participante do evento, e parabenizou o músico Warley dos Teclados pelo aniversário comemorado recentemente. Na sequência, a vereadora abordou a questão dos precatórios, ressaltando que, embora o tema já tenha sido amplamente discutido, ainda há espaço para novas observações. Reconheceu a lentidão do processo judicial, mas ponderou que, com maior cobrança e engajamento, os avanços poderiam ser mais significativos. Defendeu a necessidade de elaborar a relação das pessoas que serão beneficiadas, destacando a complexidade dessa tarefa, já que envolve servidores de diferentes períodos de vínculo com o município. Verônica reforçou a importância de se formar uma comissão para tratar do assunto, composta por representantes do Legislativo, da sociedade civil, das escolas e dos conselhos municipais. Segundo ela, essa comissão



permitiria maior transparência e acesso às informações, facilitando o diálogo com a população. A vereadora também se pronunciou sobre o problema da falta d'água, expressando preocupação e tristeza diante da situação. Ressaltou que a água é essencial à vida e lembrou o legado de Roberto Magalhães, que, segundo ela, foi um grande político e responsável por importantes ações em benefício do Nordeste. Observou que o problema não é exclusivo da atual gestão, pois diversos governos anteriores também deixaram de investir em soluções estruturais. Criticou, ainda, o fato de recursos públicos muitas vezes serem direcionados a prioridades menores, enquanto questões básicas, como o abastecimento de água, permanecem sem solução. Em seguida, a parlamentar relatou ter recebido um vídeo de uma pessoa que realiza Tratamento Fora de Domicílio (TFD), denunciando as condições precárias enfrentadas pelos pacientes. Segundo ela, muitos viajam para atendimento médico, são consultados e precisam aguardar o retorno ao município em condições inadequadas, chegando a deitar no chão de hospitais. Diante disso, anunciou que apresentará uma indicação para que seja providenciado um local de apoio aos pacientes ou que o transporte os encaminhe à casa de apoio, garantindo melhores condições de espera. Além disso, sugeriu a criação de um auxílio-alimentação para os pacientes do TFD, uma vez que, embora o transporte seja oferecido, não há suporte para despesas com alimentação. A vereadora destacou o aumento dos custos, especialmente em Recife, e defendeu que é dever do poder público oferecer condições mínimas de dignidade às pessoas que buscam tratamento médico fora do município. A parlamentar também mencionou sua expectativa de que a festa profana de Guarani transcorreria em paz, com harmonia e sem incidentes. Por fim, relatou ter sido procurada por uma mãe que expressou preocupação com a qualidade da água na Escola José Cândido Martins, que, segundo a denúncia, seria ligada diretamente aos canos, sem tratamento. A vereadora afirmou que verificará pessoalmente a situação e reforçou que, se confirmado, trata-se de um problema grave que exige providências imediatas por parte da Compesa. Encerrando seu pronunciamento, destacou a relevância das indicações apresentadas na sessão, especialmente quanto à máquina perfuratriz, e defendeu que o município de Terra Nova busque adquirir uma perfuratriz própria, considerando a dificuldade de firmar convênios com outros municípios que também enfrentam escassez de água. Concluiu reafirmando que o acesso à água é uma necessidade essencial e urgente, manifestando esperança de que as demandas apresentadas sejam atendidas. Finalizou agradecendo a atenção de todos e desejando um bom dia. Após o término do pronunciamento da vereadora Verônica, o presidente convidou o vereador **Denivaldo Tavares** para realizar a leitura de um ofício enviado pelo município de Cabrobó, referente à festa da vaquejada. Em seguida, o vereador **Antônio de Dôca** solicitou uma questão de ordem para esclarecer alguns pontos mencionados anteriormente pela vereadora Verônica acerca do TFD (Tratamento Fora do Domicílio). O parlamentar explicou que já viajou diversas vezes a Recife acompanhando seu pai em atendimentos médicos, e destacou que esse tipo de deslocamento é extremamente desgastante e cansativo. Ressaltou que é importante compreender também o lado dos motoristas responsáveis por conduzir os pacientes de Terra Nova até a capital, pois esses profissionais não podem permanecer levando pessoas durante o período em que deveriam estar descansando. Antônio de Dôca esclareceu que a Casa de Apoio é destinada às pessoas que permanecem em Recife por vários dias ou semanas, realizando tratamentos contínuos. Nesses casos, o paciente utiliza o espaço para se alimentar, repousar e aguardar os



deslocamentos entre a Casa e as unidades de saúde. Entretanto, conforme o vereador, aqueles que viajam apenas para consultas pontuais, sendo atendidos em um dia e retornando no seguinte, não têm condições de permanecer na Casa de Apoio, visto que o motorista precisa cumprir o seu período de descanso para garantir uma viagem de retorno segura. Ele explicou que normalmente o grupo chega a Recife entre 4h e 5h da manhã, e o motorista passa as primeiras horas do dia deixando os pacientes em seus respectivos destinos. Após esse percurso, ele entra em horário de descanso, que se estende até o início da tarde, quando recomeça a jornada de recolher as pessoas para o retorno a Terra Nova. Diante dessa rotina, o vereador afirmou ser impossível que o motorista permaneça circulando pela cidade, levando e trazendo pacientes para descanso ou alimentação, uma vez que também é um ser humano e necessita repousar e se alimentar adequadamente. Antônio de Dôca concluiu reforçando que essa é uma limitação prática inevitável, que o município não tem como alterar, e que apenas os pacientes que permanecem por mais tempo em Recife podem usufruir da Casa de Apoio. Agradeceu a atenção de todos e finalizou dizendo que seu esclarecimento tinha o objetivo de contribuir para uma melhor compreensão da situação. Terminado os esclarecimentos do vereador Antônio de Dôca o presidente convocou o vereador **Denivaldo Tavares** para fazer a leitura do ofício N°408/2025 do presidente da câmara de Cabrobó, encaminhando Moção de aplauso N°159 referente a comissão organizadora da segunda missa do Vaqueiro pela organização da missa do Vaqueiro no município de Terra Nova, de autoria do vereador Marcos Antônio Vasconcelos Cavalcante, Antônio de Nestor. A vereadora Verônica solicitou um aparte. O presidente pediu para deixar o Vereador Denivaldo ler logo o ofício do município de Cabrobó sobre a festa do vaqueiro do mês passado. Terminado a leitura do ofício a vereadora **Verônica Callou** solicitou a palavra e, ao ser autorizado, afirmou que seria breve. Em sua fala, declarou compreender e considerar justa a situação mencionada pelo vereador Antônio, ressaltando que ele, como ser humano, carrega grandes responsabilidades e realiza diversas viagens sob sua incumbência. No entanto, acrescentou que também não considera justo que as pessoas fiquem sem ter onde descansar. Verônica recordou que o próprio vereador já havia relatado ter vivenciado situações semelhantes, e sugeriu que fosse encontrada uma alternativa para amenizar o problema. Ela mencionou que, antigamente, quando o TFD (Tratamento Fora de Domicílio) não dispunha de ambulância ou veículo fixo para o transporte, eram entregues cheques às pessoas, contendo um valor adicional à época, cerca de R\$ 15 destinado à alimentação, como almoço e jantar. A vereadora lembrou ainda que, naquele tempo, como o município não contava com agência bancária, muitos cidadãos trocavam os cheques em mercados locais, e alguns comerciantes ainda descontavam cerca de R\$ 3 do valor. Encerrando sua fala, Verônica destacou que seria importante buscar alternativas para garantir melhores condições às pessoas que precisam se deslocar, sugerindo, inclusive, a possibilidade de disponibilizar dois motoristas que pudessem se revezar nas viagens, ou oferecer algum tipo de apoio, já que, segundo ela, em Salgueiro há uma pousada próxima ao local de atendimento, encerrou com um muito obrigado. O vereador e presidente Casa Livino Clementino fez uso da palavra para prestar esclarecimentos sobre diversos temas de interesse da população. Inicialmente, dirigindo-se à vereadora Verônica, destacou que a questão referente à Casa de Apoio vem sendo tratada de forma responsável pelo Executivo. Explicou que os pacientes que permanecem hospedados na Casa de Apoio já recebem alimentação completa café da manhã, almoço e jantar. No entanto, observou que os que



viajam para tratamento e retornam no mesmo dia ainda não é contemplado com auxílio, o que, segundo ele, demanda criação de lei específica, por se tratar de matéria orçamentária. Acrescentou que já há pessoas trabalhando na elaboração de uma proposta de projeto de lei para instituir uma ajuda de custo aos pacientes que viajam, de acordo com as possibilidades financeiras do município, a ser considerada no próximo exercício. Na sequência, o vereador abordou o problema da água no distrito de Guarani, informando que manteve contato com o senhor Mário Solon gerente Regional da Compesa, o qual se comprometeu a garantir o abastecimento até o sábado seguinte. Livino relatou que alertou o responsável sobre a inviabilidade de abastecer apenas cisternas, sem atender diretamente as residências, destacando que seria necessário um volume muito grande de carros-pipa para suprir a demanda. O vereador afirmou que verificará pessoalmente se a promessa está sendo cumprida e, caso contrário, retornará para cobrar providências. O parlamentar enfatizou que a solução definitiva para o problema depende da instalação de aproximadamente mil metros de tubulação, já disponíveis na Compesa, conforme assegurou o diretor regional, Dr. Guilherme. Segundo ele, há tubos suficientes, dispensando licitação, e o município de Terra Nova já se colocou à disposição para colaborar com a execução. Para o vereador, o entrave é mais uma questão de falta de vontade do que de recursos ou estrutura. Em seguida, Livino tratou da situação da telefonia em Guarani, relatando que a empresa Brisa net foi a vencedora da licitação em 2023. Recordou que esteve, junto com a prefeita Aline, o vereador Carlinhos Neto e outros representantes, no Ministério das Comunicações, onde cobraram celeridade na implantação do serviço. Disse que o proprietário da empresa, Dr. José Roberto, havia prometido a instalação até julho de 2024, embora o contrato preveja execução entre 2025 e 2027. No entanto, segundo informações recentes, o cronograma foi adiado para fevereiro do próximo ano, o que o vereador lamentou. Comentou ainda que a falta de cobertura de telefonia em Guarani não é culpa dos vereadores nem do Executivo municipal, mas sim do próprio sistema de telecomunicações, que privilegia regiões de maior demanda. Explicou que empresas grandes, como a TIM e a Claro, não têm interesse em distritos de baixa densidade populacional, atuando apenas quando são obrigadas por contrato. Reforçou que a Brisa net atenderá Guarani por estar responsável por uma grande faixa territorial, de Recife a Petrolina. O vereador também manifestou preocupação com o uso indevido do estacionamento em frente à Câmara Municipal, ressaltando que o espaço deve ser reservado, especialmente nos dias de sessão, para os veículos dos vereadores e de pessoas que comparecem à Casa para tratar de assuntos oficiais. Criticou o fato de bancas e outros veículos ocuparem o local, dificultando o acesso e prejudicando até mesmo cadeirantes, e defendeu a criação de um sistema de controle e orientação para resolver o problema. Por fim, Livino comentou sobre a questão dos precatórios do FUNDEF, mencionado pelo vereador José Edivaldo. Explicou que professores que ocupam cargos comissionados e recebem pelo FUNDEF têm direito ao pagamento. Contudo, aqueles que estão em desvio de função, sem ocupar cargo comissionado, podem enfrentar dificuldades para receber, pois a situação depende de decisão judicial. Concluiu agradecendo a atenção de todos e sugeriu que a sessão fosse encerrada, com o compromisso de que o debate sobre o tema dos precatórios fosse retomado em momento oportuno. Desejou um bom dia a todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, nem matéria a deliberar, o senhor presidente, convidou para próxima sessão e declarou encerrado o trabalho, agradece a todos os vereadores presentes, e pediu que

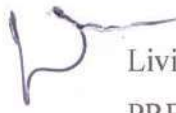


CÂMARA MUNICIPAL DE  
**TERRA NOVA**

LEGISLATIVO FORTI E INDEPENDENTE  
A SERVIÇO DO Povo

Eu, Edivanha R. da S. Gonçalves Lavrasse á presente ata que seguira na mesa dos vereadores presentes e estará sujeita à aprovação ou rejeição dos mesmos. Podendo na mesma haver adendo.

Terra Nova 09 de outubro de 2025.

 Livino Clementino Pereira

PRESIDENTE:

Antônio Carlos dos Santos

1º SECRETÁRIO:

 Neilson Neres Gomes de Souza

2º SECRETÁRIO: